

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário do Gde ABC

Class.: 1493

Data: 23.03.86

Pg.: _____

Professores esperam ganhar área de índios

190

Nelson TUCCI

Em Santo Amaro, próximo à divisa de São Paulo com São Bernardo, vive a maior população guarani do Estado. Ora atacada pela inanição, ora pelo homem branco, que já tentou expulsá-la através de jagunços armados de revólveres e carabinas. A Constituição em vigor diz que as terras habitadas pelos índios são inalienáveis e qualquer documento sobre elas é nulo. Mas nem todos concordam com isto.

É o caso do professor Flávio Alba, um dos 13 proprietários de dois alqueires de terra na área ocupada pela aldeia guarani conhecida como Barragem, ou simplesmente Morro da Saudade. Para ele, "se justiça houver, o ganho de causa será nosso e poderemos usufruir a terra que legalmente adquirimos".

DIÁRIO DO GRANDE ABC

Caderno

12 páginas

B

Domingo, 23 de março de 1986

A audiência de justificação de posse, que deveria ocorrer esta semana, ficou adiada para o dia 15 de abril, 13h, no Fórum Regional de Santo Amaro. O adiamento se deveu à ação do advogado Antonio Pedro Marquenzi, representando a Funai. Reconheceu o juiz José Roberto Coutinho de Arruda, da 2ª Vara Cível, a intervenção, uma vez que nenhuma medida liminar pode ser julgada sem que a Funai se manifeste.

Não fosse a Funai um órgão público, a ação teria sido julgada à revelia da outra parte (no caso, os índios), uma vez que o autor (o grupo de professores) faz a produção de provas de forma unilateral. Isto é, o pedido de liminar, que garantiria a reintegração de posse, seria julgado com base nas informações prestadas pela advogada Deise Ferracini e suas três testemunhas arroladas.

A observação é do advogado representante da Funai nos Estados de São Paulo e Paraná (12ª Delegacia Regional), que solicitou carga do processo. Isto é, cópia dos autos para se pronunciar. "Quero prazo para estudar uma tese" — disse, à saída da redesignação da audiência. Segundo ele, a presença da Funai não prejudica a ação da Sudepa (que a representa, através do convênio firmado) e, assim, o advogado Marco Barbosa continuará acompanhando o caso normalmente.

Coexistência

O grupo de professores da FEI garante

que, se ganhar a ação de reintegração de posse que move, a situação da Aldeia da Barragem não será diferente daquilo que é hoje. "Nós também gostamos dos índios, já levamos roupas usadas, alimentos, e sabemos que é perfeitamente viável a coexistência pacífica".

Com um contrato de compra e venda registrado no 11º Cartório de Imóveis, em 19 de abril de 1977 (Dia do Índio), os professores não têm dúvida de que os papéis são legítimos, assim como entendem legítima a posse da terra adquirida de Yasuhiko Kugo.

"Você sabia que o Kugo chegou àquelas terras em 1951 e que, por dó dos índios, abandonados pela Funai, que encontrou embaixo de viadutos em São Paulo, formou essa aldeia?" — pergunta um dos professores, ao mesmo tempo em que manifesta crença na tese apresentada por sua advogada.

Mostram o levantamento topográfico da área, onde pretendiam erguer 15 chalés para seus momentos de lazer. "Queríamos um lugarejo para reuniões de fins de semana e algumas horas com a família".

Sempre falando em grupo, os professores contam que após a aquisição da área (42 mil metros quadrados) em 1977, por 436 mil cruzeiros, a cercaram com fio liso de 4 milímetros. "Nossa intenção era levar as crianças também para lá; por isso, nem usamos o arame farpado" — afirmam, ao mesmo

tempo em que asseguram que naquele local nunca houve nenhum índio habitando.

"No ano passado houve a invasão. Derrubaram os mourões e tomaram a nossa terra, por incintamento do advogado da Sudepa, Marcos Barbosa" — acrescenta o grupo.

Lembram ainda que o litígio de terras foi do outro lado da região, com Tadao Kitamukai, e a Aldeia do Krukutu. Alegam desconhecer, portanto, qualquer intecção de especulação imobiliária da parte de Yasuhiko Kugo, bem como a ação de jagunços no local (onde situa-se a Aldeia do Krukutu, a cinco quilômetros da Barragem).

Sobre Kugo, morto há questão de três anos, guardam boas recordações. "Ele foi amigo dos índios, tanto que os trouxe para cá e sempre teve uma vida simples e pacata".

Depois de criticar a Funai, por descaso e abandono dos índios, os professores reiteram a confiança na ação proposta. Garantem que acatarão o resultado, seja ele qual for. Se perderem, admitem arcar com os prejuízos e deixar a tribo guarani com a terra. "Mesmo porque nosso interesse não é polemizar, e tampouco sermos execrados pela opinião pública" — completam.

Apoio aos índios

Driblando arcos e flechas espalhados pelo corredor do 6º andar do Fórum esta semana, onde se concentraram cerca de 30 índios da Aldeia da Barragem, o deputado federal Aurélio Peres, do PC do B, busca intervir-se da causa junto ao advogado da Funai que encontrou à saída da redesignação

da audiência. Ele disse que estava lá para comprar a briga dos índios. E de forma taxativa afirmou: "Não há por que duvidar que os índios são os legítimos proprietários dessa terra. Moro na região há 20 anos e quando cheguei eles já estavam aqui".

Uma versão que naturalmente não confere com os autores da ação. Segundo os professores, os índios foram levados para lá por Kugo, e ficaram ocupando a terra de favor. Mais tarde, vieram outras famílias do Paraná, aumentando a aldeia.

Aurélio Peres disse que não e contaria isso para todo o Brasil, em pronunciamento da tribuna da Câmara Federal. Mais que isso, levará o caso ao governador Montoro, na próxima audiência marcada para o dia 2, pedindo intervenção estadual se necessário.

Além do deputado, nesta semana um grupo de ecologista de Santos discutiu seriamente a questão. E pensa em enviar carta ao juiz da 2ª Vara Cível, José Roerto Coutinho de Arruda, manifestando apoio e apreensão quanto aos índios guaranis.

Na mesma esteira correrão Nelson dos Santos Rodrigues, presidente estadual do Partido Verde, e Derly Escudeiro Godoy, coordenadora do mesmo partido em Santo André e São Bernardo. Sempre preocupada com questões relativas à ecologia, Ana Gutemberg, presidente regional da União Interamericana de Proteção dos Animais e dos Movimentos Pró-Joboa (que visa a substituição do óleo da baleia pela seiva desta árvore) e de Proteção Permanente às Baleias, Golfinhos e Botos, também procura juntar-se à discussão, na tentativa de mobilização da opinião pública.